

1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentamos a base teórica que norteou a pesquisa, com os conceitos que sustentam a nossa investigação, que são: cognição, observação, percepção, experiência e atenção-consciência. Na seqüência, é apresentado o conceito de APO (Avaliação Pós-Ocupação), o principal panorama dela no Brasil, e, em especial, no Rio de Janeiro, e as principais contribuições feitas pelo Grupo de Pesquisas Projeto e Qualidade do Lugar do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da FAU/UFRJ (Pro-LUGAR-PROARQ), conforme mencionado na introdução.

1.1 – A Cognição Segundo a Abordagem Atucionista (Enativa)

Cognição, experiência, percepção e observação são conceitos que vem sendo estudados, com maior ênfase, a partir da primeira metade do século XX.

Através dos séculos, diversos estudiosos de diferentes áreas tentam responder a questões relacionadas à natureza e ao processo de conhecimento, na tentativa de melhor entender a mente humana. Estudos foram realizados dentro de cada disciplina, em separado, de forma isolada, sem que houvesse um trabalho interdisciplinar sistemático.

Desde a Antiguidade, filósofos têm se dedicado à pesquisa da natureza humana, como Platão e Aristóteles (figura 01). Santo Agostinho escreveu em suas *Confissões* sobre as dicotomias humanas, as relações entre a mente racional e a ótica religiosa.

... todas as coisas que percebemos, ou as percebemos pelos sentidos do corpo ou pela mente. Denominamos as primeiras sensoriais; as segundas inteligíveis; ou, para falar à maneira dos nossos autores, denominamos carnis as primeiras; espirituais, as segundas. Interrogados sobre as primeiras, damos resposta, se estão diante de nós essas coisas que sensoriamos; por exemplo, quando nos perguntam, estando nós a observar a lua nova qual é ou onde se encontra. Neste caso, se aquele que pergunta o não vê, acredita nas palavras, e muitas vezes não acredita; aprender, de modo nenhum aprende, a não ser que também ele veja o que se lhe diz. (AGOSTINHO, 1973:93)

Dos estudiosos mais antigos, Descartes é o que apresenta o que talvez venha a ser considerada a base do pensamento racional moderno. Segundo ele, a mente fica separada do corpo humano e atua independente dele, como uma entidade totalmente diferente e

autônoma. De acordo com sua postulação – uma mente racional e um corpo mecânico – a explicação para a ocorrência desta interação ocorria por intermédio de Deus.



Figura 01: Escola de Atenas (1509-1510), afresco de Rafael Sanzio. Na Escola de Atenas Rafael dispôs figuras de sábios de diferentes épocas como se fossem colegas de uma mesma academia. Na composição dos personagens destaca-se Platão, segurando sua obra *Timaeus*, e apontando sua mão direita para cima, talvez referindo-se às causas de todas as coisas. De acordo com David Fowler, o título original do afresco era *Causarum Cognitio*, e somente após o século XVII passou-se a usar o nome popular *Escola de Atenas*.

Fonte: www-groups.dcs.st-and.ac.uk

Para ele, segundo Morente (1967), o método do raciocínio poderia ser explicado a partir de quatro passos: (1) receber as informações, examinando sua racionalidade e sua justificação; (2) verificar a verdade, a boa procedência daquilo que se investiga – aceitando o que seja indubitável, apenas. Esse passo relaciona-se muito ao ceticismo; (3) análise, ou divisão do assunto em tantas partes quanto possível e necessário; síntese, ou elaboração progressiva de conclusões abrangentes e ordenadas a partir de objetos mais simples e fáceis até os mais complexos e difíceis; e, finalmente, (4) enumerar e revisar minuciosamente as conclusões, garantindo que nada seja omitido e que a coerência geral exista.

Estas operações reconstituíam as três operações elementares da mente humana, a intuição (que consiste em captar realidades mínimas), a dedução (agrupar observações e inferir resultados) e a enumeração (acompanhada da revisão e reelaboração de conceitos).

A grande contribuição (para alguns, desastrosa) de Descartes para a ciência moderna está, efetivamente, na descaracterização de um mundo enquanto qualitativo e sua redução a um mundo puramente quantitativo. Do Discurso, conclui-se que somente existe o eu pensante,

Deus, o pensamento (a alma) e a extensão (o corpo, uma concessão ao realismo que trouxe muitos problemas ao idealismo); tudo mais deve ser expresso em termos destas existências.

Até meados do século XIX, a interação mente-corpo permanecia sem maiores explicações, como duas entidades distintas, mas que de alguma forma cohabitavam o mesmo corpo. Com o advento da Revolução Industrial, surge a necessidade de tornar os processos produtivos mais eficientes. Por isso, o entendimento da mente humana e de como ela interage com os estímulos do meio ambiente tornou-se um assunto que despertou o interesse de inúmeros estudiosos.

O estudo da mente passou então a ser encarado sobre outros aspectos, que englobavam o pensamento, a solução de problemas, a consciência, a linguagem e a cultura. Estes estudos, no entanto, utilizavam um método científico conhecido como introspecção, ou seja, a reflexão por parte de um observador sobre a natureza e o processo de seus próprios pensamentos.

Este procedimento introspeccionista foi duramente criticado por um grupo de cientistas, denominados behavioristas. Segundo estes cientistas, o introspeccionismo não era um “método público de investigação”, ou seja, um método que pudesse ser realizado e/ou quantificado por outros cientistas, evitando, desta forma, qualquer contestação.

Eles acreditavam que a mente não deveria ser objeto de estudo, que as pesquisas deveriam se concentrar exclusivamente na observação do comportamento. A causa do comportamento, de acordo com os behavioristas, são os estímulos ambientais que atingem o organismo, forçando este a emitir uma resposta. Assim, toda atividade psicológica poderia ser explicada evitando a tópicos como mente, pensamento, desejos ou intenções (figura 02). Segundo a crença behaviorista, é o ambiente que determina o comportamento do indivíduo.

... só o comportamento diretamente observável e, por conseguinte, mensurável era admitido como prova. O meio ambiente, social e físico, fornece os estímulos e é, portanto, o modelador da grande maioria das respostas comportamentais. (LEE, 1977:33)

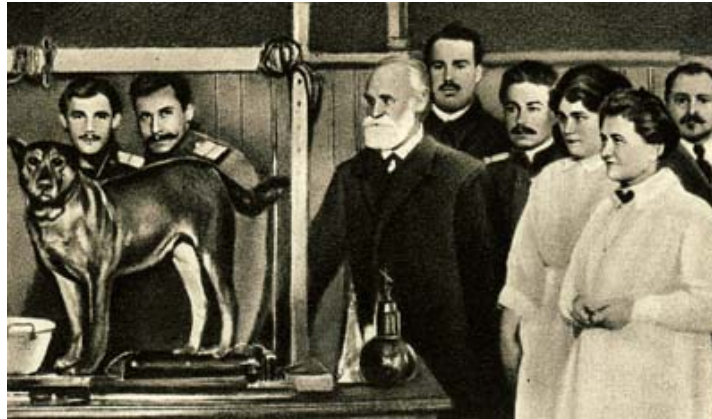


Figura 02: Iván Petrovich Pávlov chamou o fenômeno descrito em sua experiência de 1882 de “reflexo condicionado”, pois considerou a salivação decorrente como resposta condicionada. Segundo ele, o cachorro utilizado na pesquisa salivava ao ouvir a campainha, pois estava condicionado ao som quando lhe era mostrada a comida. Esta experiência é considerada um marco nas pesquisas behavioristas, pois associava o comportamento do cachorro a questões puramente ligadas a respostas a estímulos.

Fonte: 216.185.133.103/infociencia/img/0212-pavlov.jpg

Já no início do século XX, o engenheiro americano F. W. Taylor apregoava a eficiência mecânica, tanto das máquinas como das pessoas que as operavam, como o melhor método para a produção em massa. Suas idéias, classificadas como fundadoras da Escola clássica da administração (“administração científica”), foram expostas em seu livro *Shop Management* (Gerência de Fábrica), lançado em 1903. O homem era reduzido a gestos e movimentos, sem a capacidade de desenvolver atividades mentais e, após uma aprendizagem rápida, seria capaz de funcionar como uma máquina.



Figura 03: Charles Chaplin em *Tempos Modernos*, onde mostra o nível de especialização na linha de produção, uma crítica ao Taylorismo.

Fonte: www.photonetgallery.com/chaplin/1.jpg

O *taylorismo*, como ficou conhecido, sofreu inúmeras críticas, por tratar o elemento humano, como apenas parte do processo de produção, como algo que pode ser trocado caso apresentasse defeito, e não como o agente produtor. A mais famosa crítica, e talvez a mais perfeita, foi apresentada por Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos* em 1936 (figura 03).

Pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, preocupados em estudar a cognição, têm se reunido para estudar temas de interesse comum relacionados com a mente humana.

Foi durante o período de domínio do behaviorismo (1920 – 1940), que começaram a surgir pesquisas relacionadas à cibernética, que lançariam as bases para o surgimento da Ciência Cognitiva.

Embora todos os componentes que deram origem à Ciência Cognitiva estivessem presentes no início do século XIX, foi apenas a partir da realização do Simpósio sobre Teoria da Informação, realizado no Instituto de Tecnologia de Massachussets – MIT, em setembro de 1956, que ela surgiu como uma disciplina.

A Ciência Cognitiva é um campo interdisciplinar onde se encontram psicologia, lingüística, neurociências, epistemologia, inteligência artificial e antropologia. Segundo Varela et al (1992), pode-se destacar dentro da Ciência Cognitiva, três abordagens principais: cognitivista, conexionista e atuacionista.

1.1.1 Cognitivismo

Para Varela et al (1992), o cognitivismo faz três suposições: (1) Nós habitamos um mundo com propriedades particulares, tais como cor, comprimento, movimento, som etc.; (2) Nós capturamos ou recuperamos estas propriedades representando-as internamente; (3) Existe um sujeito independente “nós” que faz estas coisas.

O cognitivismo propõe a análise da mente como sistema de processamento de informações, desconectada de seu contexto; considera que o organismo obtém informações do ambiente e, a partir destas, cria uma representação deste ambiente, de forma a executar uma conduta adequada à sua sobrevivência. Assim, de acordo com esta visão, o organismo recebe as informações do meio, as processa e gera uma conduta adequada.

Sua teoria consiste, portanto, na hipótese de que cognição é manipulação de símbolos, ou seja, a cognição é representação mental: “a mente opera submersa num sistema de significação e linguagem que faz com que seus elementos sejam símbolos e suas regras de pensamentos, a manipulação lógico-computacional desses símbolos.” (DEL NERO, 1997:156)

Segundo Varela et al (1992), no cognitivismo a inteligência – inclusive a inteligência humana – consiste na manipulação de símbolos, como a dos computadores digitais. Em outras palavras, cognição é a computação de representações simbólicas (figura 04).

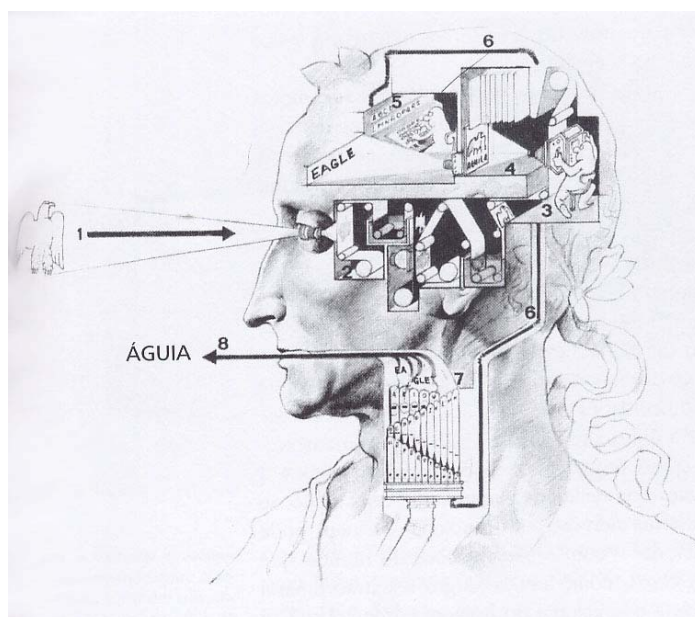


Figura 04: Representação da metáfora representacionista.
Fonte: Maturana (1995:147)

Quanto a forma na qual o estudo é realizado, “... o cientista cognitivo baseia sua disciplina sobre o pressuposto de que, para fins científicos a atividade cognitiva humana deve ser descrita em termos de símbolos, esquemas, imagens, idéias, e outras formas de representação mental.” (GARDNER, 1995: 54) Desta forma, segundo este ponto de vista, é o ambiente que determina o que irá acontecer com o organismo, ou seja, o efeito existe na causa, real ou idealmente (“determinismo”).

1.1.2 Conexionismo

Uma outra vertente da ciência cognitiva, o conexionismo, também chamado de emergência, possui este nome derivado da idéia de que muitas tarefas cognitivas parecem ser mais bem executadas por sistemas constituídos de vários componentes simples, os quais, quando

conectados por meio de regras apropriadas, fazem surgir o comportamento global correspondente à tarefa desejada.

No conexionismo, o significado não está localizado em símbolos específicos. Ele é uma função do estado global do sistema e está relacionado a um desempenho global em algum domínio, como reconhecimento (lembrança) ou aprendizado. Uma vez que este estado global emerge de uma rede de unidades que são “mais granularizadas” do que os símbolos.

Parte de sua teoria tem origem no cognitivismo, onde “a idéia de que a mente é essencialmente o inconsciente cognitivo, a região do inconsciente, de rotinas subpessoais. A experiência humana ainda não tinha espaço na moderna ciência da mente.” (THOMPSON, 2004)

De acordo com Thompson (2004), essas teorias buscavam uma explicação para a interação entre a mente e o mundo, mas deixavam sem resposta a relação entre processos cognitivos e o mundo no qual a mente está incorporada e inserida. Desta forma, considerava-se simplesmente que a relação entre a mente e o mundo é de representação abstrata: símbolos internos ou padrões de redes de ativação representam objetos, propriedades, eventos e estados de espírito em alguma região delimitada do mundo externo.

Assim, “a mente e o mundo são tratados como independentes de cada um, e o mundo exterior deve estar de alguma forma representado num modelo dentro das cabeças de cada um.” (THOMPSON, 2004)

1.1.3 Atuacionismo

As abordagens anteriores não são suficientes para explicar a cognição, de acordo com o pensamento de alguns estudiosos, dentre os quais o grupo de estudo no qual esta pesquisa se insere. Para outras correntes, os estudos anteriores respondem satisfatoriamente às questões da cognição.

A abordagem atuacionista ou enactiva foi proposta por Varela, Thompson e Rosch, tomando como base a Teoria da Autopoiese proposta por Maturana e Varela.

Na década de 60 o artigo *O que o olho da rã diz ao cérebro da rã*¹ de Humberto Maturana em conjunto com Warren McCulloch, Jerome Lettvin e Walter Pitts, levou Maturana e Varela a proporem uma redefinição completa do que significa *Ser Vivo*, gerando a teoria conhecida por Teoria da Autopoiese (figura 05).

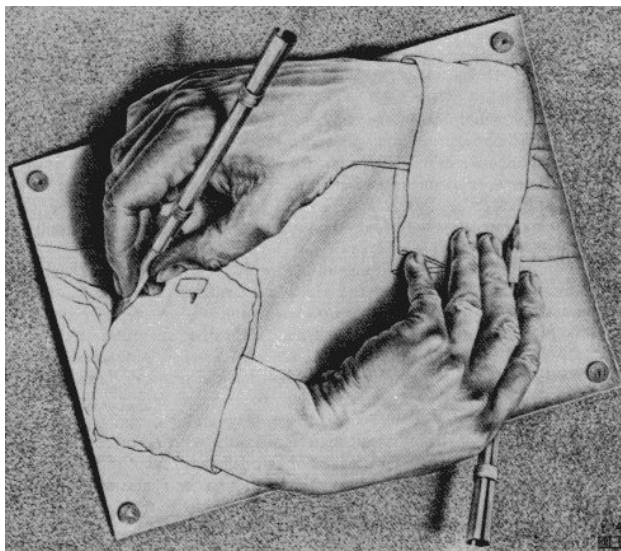


Figura 05: Desenho de Escher, representando o processo de autopoiese. A mão esquerda desenha a mão direita e a mão direita desenha a esquerda, fazendo emergir deste processo a tridimensionalidade, a partir da bidimensionalidade.
Fonte: Maturana (1995:29)

Segundo Capra, nesta teoria, o sistema vivo liga-se ao ambiente por meio de interações recorrentes, cada uma das quais desencadeando mudanças estruturais no sistema. Os sistemas vivos são autônomos e o ambiente só faz desencadear as mudanças estruturais, não as especificando nem as dirigindo. "De acordo com Maturana e Varela, a característica-chave de uma rede viva é que ela produz continuamente a si mesma." (CAPRA, 1996:136)

A autopoiese, ou 'autocriação', é um padrão de rede no qual a função de cada componente consiste em participar da produção ou da transformação dos outros componentes da rede. Ela é produzida pelos seus componentes e, por sua vez, produz esses componentes. (CAPRA, 1996:136)

A abordagem conhecida como atuacionista apregoa que uma perturbação do ambiente não determina o que irá acontecer com o ser vivo, pois é a estrutura deste que define as mudanças que ocorrerão em resposta. Além disso, diz que "as mudanças que resultam da interação entre o ser vivo e seu meio são desencadeadas pelo agente perturbador, mas determinadas pela estrutura do sistema perturbado." (MATURANA et al,1995:95)

¹ What the Frog's Eye Tells the Frog's Brain - Proceedings of the Institute of Radio Engineers, volume 47, páginas 1940-1951, (1959).

Esta proposta requer uma mudança na ciência cognitiva, exigindo que mudemos da idéia do mundo como independente e extrínseco, de que o mundo é pré-dado e que cognição é representação, para a idéia de um mundo como sendo inseparável da estrutura dos processos de autocriação.

Segundo Thompson (2004) a abordagem atuacionista, devido a sua visão da mente como incorporada e inserida no ambiente, oferece uma oportunidade única de colocar a experiência humana de volta à ciência da mente.

Desta forma "a mudança na natureza da reflexão de uma atividade abstrata desincorporada para uma reflexão incorporada (atenta) ... permitirá possibilidades diferentes daquelas contidas nas representações comuns que uma pessoa tem do espaço da vida." (VARELA et al, 1992:43)

A característica principal desta orientação não-objetivista é a visão de que o conhecimento é o resultado de uma interpretação progressiva que emerge de nossa capacidade de entendimento. Estas capacidades têm suas raízes na estrutura de nossa "incorporação biológica", mas são vividas e experimentadas dentro de um domínio de ação consensual e história cultural. Desta forma, o desafio colocado pela abordagem atuacionista à Ciência Cognitiva é questionar uma das suposições "mais fixas" da herança científica – a noção de que o mundo que nos cerca é independente do "conhecedor".

Assim, segundo Varela et al (1992), a cognição não pode ser entendida sem o senso comum, e esse não seria outra coisa senão nossa história corporal e social. Desta forma, a inevitável conclusão é de que aquele que conhece e aquilo que é conhecido – a mente e o mundo – se relacionam por meio da mútua especificação ou coorigem dependente. A respeito disso, Capra diz que a cognição não é a representação de um mundo que existe independentemente e por si, mas antes a contínua produção de um mundo através do processo de viver.

O contexto e o senso comum – nossa história física e social – deixam de ser, portanto, resíduos a serem progressivamente eliminados do campo do conhecimento, para se converterem na própria "essência" da cognição criadora, de modo que devemos incorporá-los, abandonando a idéia – própria à representação e, conseqüentemente, às teorias científicas – de que precisamos nos excluir do mundo para o percebermos tal qual ele é. (PEDRO, 1996:146)

De acordo com Mariotti (2000a), na abordagem atuacionista, não há mais necessidade da representação de um mundo anterior à percepção do observador. Segundo ele, não se trata

de uma estrada já aberta, mas sim da construção de um caminho pelo próprio caminhante, que interage com ele momento a momento. “Em vez disso, o processo cognitivo é visto como uma construção de mundo — uma construção dinâmica e, portanto, inseparável, do histórico de vida, do processo do viver”. (MARIOTTI, 2000a:30)

Para Mariotti (2000a), a questão fundamental apresentada pode ser resumida em três pontos. Primeiro, que a mente não é uma instância abstrata e separada do cérebro, isto é, ela está corporificada; segundo, que o cérebro faz parte do corpo; e, por fim, que o corpo faz parte do mundo e nele vive sua história, segue o fluxo de sua existência. Assim, o corpo e seu meio ambiente vivem histórias que interagem enquanto dura o processo vital de ambos.

1.1.4 Observação

Surge então um elemento que passa a ter suma importância nas análises comportamentais. De acordo com Ramos (1996), observador é um ser humano, portanto, um sistema vivo. Tudo o que se aplica aos sistemas vivos também se aplica a ele. “O observador contempla simultaneamente a entidade que ele considera e o universo no qual ele vive, sendo capaz de operar ou de interagir com a entidade observada e com as suas respectivas relações.” (RAMOS, 1996)

Ainda segundo a autora, uma entidade é o que pode ser *descrito* pelo observador; descrever é enumerar as interações e relações atuais ou potenciais da entidade descrita. Isso só pode ser feito se existe pelo menos uma outra entidade distinguível com a qual a entidade descrita pode ser relacionada e interage.

Não há nada no mundo, individualidade alguma, que possa ser considerada isoladamente fora de suas relações com o meio ambiente. Tudo vive em contínuo intercâmbio com o Todo. Desde a infância até a velhice, o corpo e a mente se transformam sem cessar; a qualquer momento em que queremos considera-los permanentes, verificamos que estão em contínuo intercâmbio com o meio através da respiração, alimentação, idéias, pensamentos etc. (SILVA, S/D:36)

1.1.5 Percepção

As relações humanas e “o modo como as pessoas se sentem está associado ao modo como elas interpretam e pensam sobre uma situação. A situação em si não determina diretamente

como eles sentem; sua resposta emocional é intermediada por sua percepção da situação.” (BECK, 1997:29)

E assim, o mundo que todos vêem “não é *o mundo*, mas *um mundo* que criamos juntamente com outras pessoas”. (CAPRA, 2002:68) Esse mundo humano tem por elemento central o nosso mundo interior de pensamentos abstratos, conceitos, crenças, imagens mentais, intenções e autoconsciência. Numa conversa entre dois seres humanos, nossos conceitos e idéias, nossas emoções e nossos movimentos corporais tornam-se intimamente ligados numa complexa coreografia de coordenação comportamental.

O corpo é observado como um objeto que pode ser cientificamente analisado, que vive e sustenta o ato de perceber. Segundo Heisenberg, nossas percepções dependem de nossos métodos de observação e medição; “o que observamos não é a natureza em si, mas a natureza exposta ao nosso método de questionamento.” (CAPRA, 1996:49)

Maturana in Capra (1996) exemplifica dizendo que o sistema nervoso é não somente auto-organizador mas também continuamente auto-referente, ou seja, a percepção não pode ser vista como “a representação de uma realidade externa, mas deve ser entendida como a criação contínua de novas relações dentro da rede neural...” (CAPRA, 1996:88)

“Em todos esses processos cognitivos, a percepção e ação são inseparáveis e, mais uma vez que as mudanças estruturais e as ações associadas que se desencadeiam no organismo dependem da estrutura do organismo.” (CAPRA, 1996:211)

Segundo Gardner (1995), a apreensão dos significados é entendida como um processo onde alguém que está concentrado em um estímulo, que primeiro tem de ser percebido e em seguida apercebido, ou interpretado conscientemente, à luz da resposta a ele associada.

A consciência nunca surge por si só; a consciência é sempre condicionada. Quando se estabelece um contato entra a base interna e o mundo exterior, vêm à existência os elementos imateriais, isto é, a sensação, a percepção, as formações mentais, e a consciência correspondente. As bases internas estão em nosso próprio corpo e as bases externas no mundo exterior. A base interna é sempre o corpo e o que se condiciona depois, sempre pelo contato, é mente. (SILVA, S/D:48)

Para Mariotti (2000a), isso implica que os seres vivos são estruturalmente determinados, isto é, percebem o mundo segundo sua estrutura. Com isso, a percepção de um sistema vivo num

o dado momento depende de sua estrutura nesse momento. O que vem de fora apenas desencadeia potencialidades que já estão determinadas na estrutura do sistema que percebe.

Ainda de acordo com Mariotti (1999), o mundo em que vivemos é o que construímos a partir de nossas percepções, e é nossa estrutura que permite essas percepções. Conseqüentemente, nosso mundo é a nossa visão de mundo e a realidade que percebemos depende da nossa estrutura, que é individual, existindo tantas realidades quantas pessoas percebedoras. Por isso o chamado conhecimento puramente objetivo é inviável: o observador não pode ser separado dos fenômenos que observa. “Se somos determinados pelo modo como se interligam e funcionam as partes de que somos feitos (ou seja, pela nossa estrutura), o ambiente só desencadeia em nós o que essa estrutura permite.” (MARIOTTI, 1999)

Muniz (2002) conclui que a observação curiosa e receptiva do si mesmo em plena ação permite verificar, *in loco*, sem nenhuma evasiva racional, inferência ou suposição, como cada agregado psíquico opera. Para ele, a verdadeira descoberta não é uma função intelectual, uma vez que descarta qualquer elaboração teórica ou inferencial. “Nos limitemos à percepção direta e a aproveitemos ao máximo, rumo à crescente exploração do sutil.”

Capra (2002) observa que todos os estudos realizados acerca da mente humana e das sutilezas que envolvem a percepção do mundo para um determinado observador nos levam a acreditar que a cultura que criamos e sustentamos com nossas redes de comunicações determina não só nossos valores, crenças e regras de conduta, mas até mesmo a nossa percepção da realidade. “Como explicam os estudiosos da comunicação, os seres humanos existem em um contexto de linguagem.” (CAPRA, 2002:166)

É “linguajando” que o ato de conhecer faz emergir o nosso mundo, este que construímos e compartilhamos com outros seres humanos. Nesse sentido, a cognição humana, enquanto ação eficaz, embora pertença ao domínio biológico, é sempre vivida na cultura, sendo esta a responsável por produzir nossas singularidades a partir de uma herança biológica comum. (PEDRO, 1996:143)

1.1.6 Experiência

A figura do observador, e sua inerente importância nos processos mentais, mostra que a experiência pessoal de cada indivíduo influencia de maneira vital a percepção do mundo que o cerca. Uma mesma situação pode ser observada e analisada de “n” maneiras diferentes,

todas válidas e corretas, ainda que díspares. Por isso, “sabemos que aquilo que percebemos é, em grande medida, condicionado pelo nosso arcabouço conceitual e pelo nosso contexto cultural.” (CAPRA, 1996:212)

Desta forma, assumimos que existem diferentes formas de se analisar uma mesma realidade, todas elas válidas e legítimas. Existem diferentes domínios de coerências explicativas, que irão discordar de um observador para o outro, mas que são igualmente legítimos. “Pode ser que não me agrade, mas não me agradar é um ato responsável de minha predileção, não é uma negação da legitimidade desse outro domínio de realidade” (MATURANA, 2001:38)

Para Mariotti (2000b), a separação entre mente e experiência (entre o conhecer e o dar-se conta de estar conhecendo) equivale a ignorar os dados fenomenológicos do processo cognitivo. “Isso significa descartar a subjetividade como fonte de dados importantes para a ciência cognitiva.” (MARIOTTI, 2000b)

Para ele, a abordagem enativa da ciência cognitiva se propõe a construir essa ponte, isto é, pretende preencher a lacuna entre o físico e o fenomênico, entre ciência e experiência.

Desta forma, a experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por meio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização.

“As emoções dão colorido a toda experiência humana, incluindo os níveis mais altos do pensamento. O pensamento dá colorido a toda experiência humana, incluindo as sensações primárias de calor e frio, prazer e dor.” (TUAN, 1983:09)

“O homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo às suas necessidades biológicas e relações sociais.” (TUAN, 1983:39)

O corpo vivo não está limitado pela pele, mas inclui o mundo além da membrana biológica do organismo. O corpo está entrelaçado com o ambiente e com os outros no mundo humano e nas relações interpessoais. Por isso a experiência do observador é um fator de suma importância, onde, segundo Capra (1996), a inteligência, a memória e as decisões humanas

são completamente racionais, mas sempre se manifestam coloridas por emoções, a partir da experiência. Para ele, nosso pensamento é sempre acompanhado por sensações e por processos somáticos, onde sempre pensamos também com o nosso corpo.

Tal pensamento é reforçado quando ele afirma que "... a mente humana pensa com idéias e não com informações... as informações não criam idéias; as idéias criam informações. Idéias são padrões integrativos que não derivam da informação, mas sim, da experiência." (CAPRA, 1996:69)

Pelo exposto, o papel da experiência e da interação tornam-se fundamentais para a análise cognitiva. Para a abordagem enativa, a interação produz significados compartilhados. *Fazer-emergir é fazer-emergir-com*. Aqui se inclui a consciência e, claro, os sentimentos, as emoções, a dimensão histórica e o contexto em que ocorrem os fenômenos. Tudo isso influencia a cognição, que não é um simples meio de resolver problemas propostos por um mundo pré-dado: ela define questões na interação com o mundo. A ciência não deve se afastar da experiência. Pelo contrário, como diz Varela, a experiência é o *locus* de toda unidade cognitiva. Ao inverso do que se possa imaginar, nada disso diminui o rigor da abordagem enativa. Como observa Varela, em vez de lidar com símbolos e regras, é preciso — sem deixar de reconhecer o avanço representado pela abordagem conexionista — trabalhar com sistemas compostos por variáveis reais, utilizando equações diferenciais.

Uma vez que vivemos num mundo de homens "práticos", numa cultura de resultados (e resultados quantitativos), nada mais natural do que tomar consciência das conseqüências desse modo de ver o mundo.

Como se sabe, esse ímpeto mensurador, racionalizador e padronizador reflete as orientações básicas do que se convencionou chamar de "projeto da modernidade", cujas características principais são o controle, a previsibilidade e a quantificação, que surgiram, como dito anteriormente, no período da Revolução Industrial.

1.1.7 Atenção-Consciência

Segundo Mariotti (2000a), a experiência é uma forma de consciência, à qual falta a reflexão, a capacidade reflexiva. A reflexão que se segue à experiência abre-nos a possibilidade de trabalhá-la e ampliá-la. Pode-se dizer que a reflexão é um meio - e dos mais importantes - de

ajudar a perceber o mundo, compreender como ele se desvela em suas interações conosco, como é construído por nossa experiência e, por sua vez, a constrói.

Essa gama de possibilidades acaba por nos trazer um problema: em muitas circunstâncias de nossas vidas, somos incapazes de perceber o óbvio. E como já foi dito, a manutenção da separação consciência/mente (ou experiência/mente), imaginada pelo cognitivismo e pelo conexionismo, afasta a ciência da experiência. À consciência estão estreitamente relacionados os estados de alerta, a observação direta de fatos, a experimentação da realidade imediata (o aqui-agora) e a compreensão que deles deriva. Segundo Muniz (2002), consciência e inteligência não se diferenciam.

Os desdobramentos da abordagem atencionista apontam para uma relação entre cognição e experiência que, ao invés de prosseguir na problematização entre o humano e o vivo, “volta o foco para a experiência humana, onde a crítica ao objetivismo científico leva a uma aproximação com o pensamento oriental budista.” (PEDRO, 1996:148)

Um instrumento usado há muitos séculos pelos orientais, e que vem sendo estudado e apreciado por ocidentais, para adestrar a mente a ver com clareza as coisas fenomênicas, e possibilitar discernir as ações, pensamentos e falas, é a meditação.

Através da *atenção*, que significa que “a mente está presente na experiência incorporada de cada dia, são utilizadas técnicas projetadas para levar a mente de volta de suas teorias e preocupações, da atitude abstrata, para a situação da própria experiência da pessoa” (VARELA ET AL, 1992:39). A meditação é tratada não como um estado alterado da consciência, mas com o “objetivo de levar a pessoa a tornar-se atenta, experienciar o que a mente está fazendo enquanto ela o faz, estar junto com a própria mente.” (VARELA ET AL, 1992:40)

O controle dos estados mentais proposto pela meditação “é a mudança na natureza da reflexão de uma atividade abstrata desincorporada para uma reflexão incorporada (atenta)... permitirá possibilidades diferentes daquelas contidas nas representações comuns que uma pessoa tem do espaço da vida.” (VARELA ET AL, 1992:43)

A mente deve se esvaziar sem esforço, deixar fluir e coordenar e incorporar corpo e mente de forma natural, ficando clara a atividade natural da mente de estar alerta e ser observadora.

1.2 – Avaliação Pós-Ocupação

1.2.1 – Breve Histórico

Até o início da Revolução Industrial, o processo de avaliação de desempenho do ambiente construído era relativamente simples. Edifícios cujos envelopes fossem adequados ao componente climático, com aberturas suficientes para garantir a iluminação natural dos ambientes e a renovação do ar e, mais especificamente, no caso dos climas tropicais e chuvosos, que apresentassem grandes beirais, varandas e aberturas para garantir a passagem do ar, respondiam corretamente às questões de conforto e adequação funcional. A arquitetura refletia em sua resposta ao clima o modo de vida das sociedades, o que a tornou mais eficiente e adaptada.

Com o advento da Revolução Industrial, e o conseqüente desenvolvimento de sistemas urbanos e prediais (água, luz, esgoto, energia elétrica e calefação), os edifícios passaram a ser estruturas mais complexas, apresentando diferentes aspectos a serem considerados na avaliação do ambiente construído. O aparecimento de novas tecnologias no início do século XX, como o uso de estruturas metálicas, concreto armado, sistemas mecânicos de circulação vertical, possibilitou o aparecimento da arquitetura moderna e o que depois veio a ser chamado *International Style*, repetido a exaustão em diferentes pontos do planeta.

Essa “independência climática”, onde um mesmo edifício podia ser construído em locais com climas totalmente diversos, fez com que a arquitetura se afastasse de suas raízes culturais. A avaliação de desempenho passou a ser um processo mais complexo, não só pelas questões de conforto mas porque partia de pressupostos pré-determinados e padrões estabelecidos.

A partir da década de 60, os estudos de psicologia ambiental são consolidados, na arquitetura, por Kevin Lynch e Christopher Alexander. Em *A Imagem da Cidade*, Lynch lança as bases do desenho urbano e estabelece as primeiras conexões entre arquitetura, antropologia e psicologia ambiental. Alexander lança as bases para um modelo de decisão projetual, onde se busca um princípio de organização capaz de gerar um ambiente onde o homem que vive na cidade possa novamente levar uma vida equilibrada.

Outros autores também se lançaram a pesquisa do ambiente construído, como Jane Jacobs, que lança um manifesto contra o planejamento e práticas de reordenamento urbano; Robert

Venturi, que questiona a pouca atratividade e falta de crítica presente na arquitetura, preconizando a retomada da pluralidade funcional e da ambigüidade significativa, como forma de manifestação de símbolos dos grupos sociais. Aldo Rossi critica a divisão entre arquitetura e urbanismo, sugerindo que a cidade seja entendida como arquitetura. Esse conjunto de obras simboliza a crise de valores e reflete as transformações produzidas no ambiente construído, mostrando a incapacidade da arquitetura em interpretar e propor soluções adequadas às necessidades das pessoas. O ambiente construído passa a ser uma preocupação de arquitetos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, geógrafos, biólogos, que começam a relacionar problemas comportamentais com o ambiente construído.

Ainda nos anos 60, são publicados resultados de diversas pesquisas sobre as relações entre o comportamento humano e o projeto de edifícios, dentre as quais as contribuições de Osmond e Preiser. As complexidades das transformações de ordem social, cultural, política e tecnológica favoreceu o aparecimento de diversas associações e grupos de pesquisa, especialmente os relacionados ao estudo do ambiente-comportamento. Segundo Aronoff et al (1995), nos anos sessenta havia uma crítica aguda da inadequação dos novos edifícios para satisfazer as necessidades dos seus usuários.

Aronoff et al (1995) ainda comentam sobre o fato de os cientistas sociais também terem colaborado com as profissões de projeto, expondo as deficiências orgânicas do ambiente construído e pedindo sua reformulação. Para que os ocupantes fossem melhor atendidos, suas percepções e opiniões passaram a ser ouvidas e incorporadas na avaliação de desempenho dos edifícios. Cientistas sociais foram preparados e instrumentados para desenvolver uma forma de avaliação de desempenho conhecida como avaliação de pós-ocupação (APO), cujo foco era a avaliação da satisfação do usuário.

Nos anos 70, a avaliação de desempenho ganha destaque no apoio à produção de ambientes e edifícios que correspondessem às necessidades de seus usuários, com ênfase na questão de uso mais racional de energia, devido à crise energética, e pouca atenção à questão ao meio ambiente físico e ao bem estar de seus usuários. A década de 70 produz diversos trabalhos interdisciplinares, com importantes contribuições para o entendimento das relações homem-ambiente e da percepção ambiental, especialmente sua relação com a cidade. Devido à crise do petróleo e com a crescente competição global, os novos conceitos corporativos e da complexidade dos novos edifícios de escritórios com seus sistemas “inteligentes”, a avaliação de desempenho assume um papel importante no apoio para a

produção de edifícios que atendessem melhor às necessidades e às expectativas de seus usuários; o surgimento desses novos edifícios deu origem, mais tarde, a uma onda de reclamações de usuários sobre a qualidade dos ambientes de escritórios produzidos.

Foi durante os anos 80, com o paradigma da tecnologia da informação, que a APO se desenvolve como disciplina, padronizando terminologia, formando redes de pesquisadores e aplicando seu conhecimento a um grande número de edifícios. Passa-se a ser estudada a relação dos usuários, graus de satisfação e inúmeros outros fatores ligados ao ambiente de trabalho.

Mesmo com a desaceleração produtiva e a reestruturação sócio-econômica e organizacional, surge nos anos 80 um novo paradigma sócio-técnico, o da tecnologia da informação, que globaliza a economia e o trabalho para um pequeno grupo de profissionais especializados, que demandam edifícios dotados de modernos recursos e instalações ambientais, informacionais e telemáticas.

Nos anos 90, com a consolidação de uma economia globalizada, surgem importantes contribuições, como o trabalho de Henry Sanoff (1991;1992), que defende o envolvimento dos usuários no processo de decisão para garantir que suas necessidades e valores sejam levados em consideração no processo projetual. Ainda segundo Aronoff, durante a crise econômica dos anos 90, as atividades de APO foram nitidamente esquecidas, sendo o interesse pelo usuário transformado progressivamente em valores tangíveis e quantificáveis, como o custo da energia, custo de ocupação por empregado, etc.

No Brasil, de acordo com Rheingantz (2000), o estudo de APO teve início em meados dos anos 80, através de uma disciplina do Programa de Pós-graduação da FAUUSP, ministrada por Del Carlo, com a colaboração de Preiser. Em 1988, a ANTAC (Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído) incorpora a área de APO e Sheila Ornstein conclui a primeira tese de doutorado na área de APO. Em 1989, a FAUUSP realiza o primeiro seminário brasileiro sobre a APO.

È a partir da década de 90 que os estudos de APO são consolidados, com os trabalhos de grupos de pesquisa em programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras, que produzem trabalhos sistemáticos e que, juntamente com programas desenvolvidos pela

ANTAC e o NUTAU (Núcleo de Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo da FAUUSP), passam a divulgar eventos e trabalhos de pesquisadores.

No Rio de Janeiro, o estudo de APO tem início com a dissertação de mestrado de Rheingantz que, em 1995, procurava respostas que fossem além das limitações do enfoque tradicional de conforto ambiental. Sua pesquisa, intitulada *Centro Empresarial Internacional Rio: análise pós-ocupação por observação participante, das condições internas de conforto* foi buscar argumentos na fenomenologia, na percepção ambiental e em autores que buscassem novos paradigmas para o conhecimento humano.

Em 1996, a continuidade dos trabalhos de APO implicou no surgimento do *Grupo de Pesquisas Projeto e Qualidade do Lugar* do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da FAU/UFRJ (Pro-LUGAR/PROARQ), coordenado por Rheingantz, são feitas pesquisas, há mais de dez anos, sobre a qualidade e o desempenho de edifícios e ambientes urbanos, onde destacam-se os trabalhos interdisciplinares de Avaliação Pós-ocupação desenvolvidos nos edifícios RB1, BNDES e INPI, a consultoria na consolidação de um programa de Avaliação Pós-ocupação em um conjunto de edifícios do Campus Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz, além da tese de doutorado *Modelo de Análise Hierárquica COPPETEC-Cosenza na Avaliação de Desempenho de Edifícios/Ambientes de Escritório*.

Um dos mais recentes desdobramentos da pesquisa é a dissertação de mestrado de Monique Abrantes (2004) *Um olhar cognitivo sobre o lugar de trabalho: avaliação de desempenho em ambiente de escritório-estudo de caso em empresa de advocacia*, que veio acrescentar novos horizontes ao estudo de pós-ocupação, através de um olhar cognitivo. Outros desdobramentos da pesquisa de Rheingantz são as quatro dissertações de mestrado, recentemente defendidas: Ana Paula Simões (2005) *Cognição e experiência no ambiente de trabalho. A abordagem da observação incorporada na avaliação pós-ocupação: estudo de caso em escritório de empresa do setor de educação executiva*, José Ricardo Flores Faria (2005) *Cognição e experiência no ambiente de trabalho. A abordagem da observação incorporada na avaliação pós-ocupação: estudo de caso do Grupo Ergonomia e Novas Tecnologias – COPPE/UFRJ*, Helena Silva Rodrigues (2005) *Cognição e experiência no ambiente de trabalho. A abordagem da observação incorporada na avaliação pós-ocupação: estudo de caso no Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa*, além desta dissertação.

As pesquisas prosseguiram com a colaboração da Prof^ª. e Psicóloga Rosa Pedro, que contribuiu para o aprofundamento dos aspectos cognitivos nas avaliações. Por sua sugestão, foi adotado o nome observação incorporada para a abordagem, baseado nos estudos de Maturana, Varela, Thompson e Rosch, que consiste numa incorporação de uma reflexão com auto-inclusão à postura científica do observador, termo este que passou a ser adotado pelo Grupo Pro-LUGAR em suas análises.

1.2.2 – Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho, segundo Ornstein (1992) assume papel de apoio para a produção de ambientes mais adequados às necessidades e às expectativas dos usuários que, direta ou indiretamente, entrarem em contato com o ambiente, garantindo assim, a sua satisfação.

Ainda segundo Ornstein (1992), o ambiente construído possui um ciclo vital que é dividido em duas partes: a fase de produção (etapas relativas à concepção, planejamento, projeto, produção, construção do edifício) e a fase de uso (quando o ambiente passa a ter um papel social pleno), cuja eficiência é medida pela satisfação dos usuários.

Segundo Aronoff et al (1995), apesar dos sistemas edificados serem pensados individualmente para atender a padrões específicos de desempenho, a forma como as pessoas percebem e reagem ao todo do ambiente de escritório somente pode ser conhecida depois dele entrar em operação/com seu uso.

Uma vez que o trabalho constitui uma necessidade do ser humano, ele deve trazer satisfação. Conseqüentemente, as organizações devem estar atentas ao bem-estar no ambiente de trabalho, assegurando qualidade de vida através do trabalho, contribuindo assim para o aumento da produtividade do usuário.

Os projetistas não controlam os significados que as pessoas atribuem aos seus ambientes, pois o significado é influenciado por fatores sócio-culturais de cada um. Ambientes bem projetados permitem que os usuários se orientem melhor e imprimem a sensação de estar em um lugar definido, colaborando para a sensação de relacionamento pessoal com o meio ambiente.

O conceito de qualidade do lugar de trabalho é introduzido por Becker & Steele (1994), sendo o ambiente de trabalho pensado como um sistema que depende da integração de padrões físicos, processos de trabalho, cultura organizacional e informática para suportar os novos processos negociais.

Alcântara (2002) define qualidade de um lugar como sendo percebida na medida em que seus ocupantes se identificam e interagem com os locais, atribuindo-lhes ou não significado ou sentido de lugar.

Para serem capazes de administrar o seu desempenho no ambiente de trabalho, as pessoas precisam administrar quatro necessidades ambientais: “sua habilidade para influenciar o seu ambiente de trabalho; o seu mobiliário, equipamento e iluminação; sua privacidade e excitação; e sua facilidade de interagir com seus colegas.” (SMITH & KEARNY, 1994:3)

Segundo Smith & Kearny (1994) quando as pessoas não sabem usar corretamente seu mobiliário e equipamento, um treinamento os ajudaria a trabalhar mais facilmente, do contrário pedindo para se adaptarem a ambientes de trabalho inadequados, apenas as ensinamos a aquiescer com a ineficiência e a ignorar os problemas de desempenho que custam tempo organizacional e dinheiro.

No caso de um edifício, Ornstein (1992:20) diz que a “qualidade é uma visão mais ampla do desempenho, na medida em que se trata de uma aptidão de um determinado produto em satisfazer, no presente e no futuro, seus usuários, devendo ser controlada”.

A qualidade no ambiente de trabalho é subjetiva e é por isso fundamental que os fatores que a influenciam sejam caracterizados e levadas em conta as perspectivas e necessidades dos usuários como parte integrante da interação com o ambiente construído.

Observadores, usuários e suas experiências, percepções e expectativas são “instrumentos” adequados para avaliar o desempenho de edifícios e de seus ambientes, uma vez que, segundo, Canter (1978), nós influenciamos, criamos e modificamos ativamente nosso entorno físico. Por isso, devemos conhecer as suas expectativas, necessidades, valores, atitudes e cultura por meio da cognição ambiental e da observação do comportamento ambiental.

Segundo Aronoff et al (1995) no estudo de avaliação pós-ocupação, um diagnóstico fundamenta-se no uso de uma abordagem sistemática porém flexível de investigação, de coleta e análise de dados. Um processo mais ou menos padronizado pode ser utilizado na investigação inicial, entretanto instrumentos e análises subseqüentes devem ser selecionados na medida em que particularidades e especificidades vão sendo identificadas. Esse processo melhora a probabilidade de que as informações precisas direcionadas a um determinado assunto serão obtidas e utilizadas de uma forma mais efetiva, reconhecendo e considerando aqueles assuntos emergentes que, apesar de inesperados, são importantes.

A razão mais comum para que organizações encomendem um diagnóstico de seu lugar de trabalho é solucionar reclamações específicas dos usuários, tais como baixa qualidade do ar, excesso de barulho ou problemas de iluminação. Mas um diagnóstico também pode ser valioso quando não houver problemas específicos para serem resolvidos, como uma forma proativa para medir e melhorar a qualidade do ambiente de trabalho, reduzir custos, ou aumentar o valor gasto com despesas de acomodação.

As descobertas decorrentes de um diagnóstico de lugar de trabalho identificam o que deve ser feito, a ordem de prioridade, e os benefícios prováveis - sejam eles econômicos ou direcionados à força de trabalho. Os usuários, em geral, enxergam as melhorias do lugar de trabalho como uma demonstração concreta do interesse da administração da empresa pela sua saúde e bem-estar. Desta forma, melhorias para o ambiente de trabalho podem impulsionar a moral dos trabalhadores e aumentar sua produtividade.

A avaliação se o ambiente de trabalho se adequa e corresponde às expectativas dos usuários se torna uma tarefa difícil e complexa, uma vez que, o ambiente de trabalho está em constante ajuste e modificação pelos seus ocupantes. Segundo Sanoff (1992) o conceito de participação, se refere à interação direta entre indivíduos que compartilham valores fundamentais entre si, e que, desta maneira, constituem um grupo. O processo de avaliação participativa, onde todos têm a oportunidade de opinar, reivindicar e participar da negociação, além de promover o diálogo, possibilita benefícios físicos e sociais no processo da avaliação ambiental.

Na avaliação de desempenho são adotados atributos de análise, inspirados na CPBR (Centre for Building Performance Research) checklist (BAIRD et al, 1995) e no conjunto de atributos desenvolvidos por Rheingantz (2000:170-172). São utilizados também atributos baseados em Sommer (1973), Lynch (1999), Fischer (1994) e Tuan (1983), Cullen (1988).

A aplicação de instrumentos e métodos com abordagem cognitiva na avaliação do desempenho de ambientes de escritório se deve ao relativo sucesso do estudo da percepção e do comportamento para analisar a qualidade dos lugares, em especial a possibilidade de identificar, quantificar, qualificar e comparar seus atributos e índices espaciais.

Para coletar dados, você deve registrar as características físicas e sensoriais de um lugar de trabalho e observar as pessoas para seus sinais de interferência no trabalho. É necessário entrevistar as pessoas para conferir suas observações e para descobrir o que é preciso fazer para melhorar o seu desempenho. (SMITH & KEARNY, 1994:6)

A avaliação de desempenho analisa o ambiente por meio das expectativas de seus usuários, sob a ótica do pesquisador, a partir da experiência vivenciada no ambiente de trabalho, produzindo um diagnóstico onde será possível identificar necessidades e anseios de usuários, a identificação e a solução de problemas nos diversos setores.

De acordo com Oliveira Fernandes (1991 *in* Rheingantz 1995), a grande contribuição desta nova mentalidade projetual é que ela convida o arquiteto assumir uma atitude menos criadora (ficcionalista) e individualista, de aprender e reconhecer o saber coletivo, mais globalizante e democrático.

1.2.3 – A aplicação da abordagem Atuacionista na Avaliação Pós-Ocupação

Quando a consciência está condicionada a ver sempre as coisas do modo como o “eu” está acostumado, gosta ou quer, ela torna-se insensível ao que ocorre fora desse campo, ficando adormecida para acontecimentos de fora do “meu mundo” ou de “minha realidade”.

Para cultivar e objetivar ao máximo a consciência devemos prestar atenção em nós mesmos. Segundo Muniz (2002:42) “se acompanharmos nossas próprias atitudes a todo instante, enxergaremos muitos traços comportamentais desconhecidos. São os complexos, cujos detalhes normalmente nos escapam”. Mantendo a observação do “si mesmo” poderemos focar a consciência sobre o modo de realidade com o qual estamos em contato aqui e agora.

As resistências são superadas pelo empenho em ver as coisas como são e não como gostaríamos que fossem ou acreditamos que sejam. O empenho absolutamente sincero em

enxergar a realidade sobre algo nos permite ir além dos limites do nosso próprio ponto de vista.

Segundo Muniz (2002:42)

A observação curiosa e receptiva do si mesmo em plena ação permite verificar *in loco*, sem nenhuma evasiva racional, inferência ou suposição, como cada agregado psíquico opera. A verdadeira descoberta não é uma função intelectual, pois descarta qualquer elaboração teórica ou inferencial. É a crua percepção do que fazemos, sem nenhum acréscimo. Nos limitemos à percepção direta e a aproveitemos ao máximo, rumo à crescente exploração do sutil. (MUNIZ, 2002:42)

A atenção deve visar à descoberta do novo, pois o que interessa é descobrir aquilo que ainda não sabemos.

Segundo Rheingantz (2004) é necessário passarmos de simples observadores a protagonistas ou atuadores, uma vez que nossa experiência de observação permite aprofundar a reflexão sobre a experiência humana no ambiente. A incorporação de nossa atuação transforma o significado da observação. O observador atuacionista (incorporado), ao invés de se preocupar com o conteúdo do pensamento, deve observar o pensamento e dirigir sua atenção para o processo dessa experiência.

Por meio do uso de métodos de análise cognitiva, procuramos conhecer o sistema no qual o ambiente de trabalho está inserido para então compreender de que maneira seus usuários interagem dentro do contexto estabelecido, para, a partir daí, verificar quais fatores que contribuem ou não para a qualidade do lugar de trabalho.

Desta forma é possível identificar e corrigir problemas nos edifícios, ajustá-los às mudanças de uso e aprender como o desempenho positivo e negativo dos edifícios e aplicar este conhecimento em novos edifícios.

Uma das maneiras descritas por Varela et al (1992) e citadas por Rheingantz (2004), para o treinamento da mente, de forma a resgatar a atenção, é o resgate de uma observação mais reflexiva sobre a mente humana, como os métodos de atenção budista. Desta forma, a perspectiva atuacionista não implica na negação dos métodos tradicionais de avaliação de desempenho, mas em uma nova maneira de compreender seus significados.

A partir desta perspectiva, buscamos aplicar estes conhecimentos na avaliação pós-ocupação, uma vez que, em última análise, a APO busca “tornar mais confortável a vida dos homens sobre a Terra”. (RHEINGANTZ, 2004:2)

No capítulo seguinte será abordado o estudo de caso no qual serão aplicados os instrumentos utilizados nesta pesquisa, de modo à contextualizá-lo e, a partir daí, proceder a sua análise.